

1. O conturbado cenário eleitoral em Minas Gerais

A bipolaridade formada pela disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que por duas décadas tem caracterizado o cenário político nacional encontra uma versão local, já há doze anos, em Minas Gerais. Isso se deve, em parte, ao fato de que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – uma potência política no estado, tanto do ponto de vista numérico como por seu papel na história recente – não tem assumido um protagonismo proporcional a sua força.

Considerando apenas os resultados alcançados na última eleição municipal, constata-se que o PMDB conquistou, em Minas Gerais, 117 prefeituras (13,7%) e elegeu 218 vereadores (11,1%). No legislativo estadual, o partido tem 8 deputados (cerca de 10%) e, no plano federal, conta com 76 deputados (14,8%) e 20 senadores (24,7%). Nas últimas eleições, foi o partido que mais cresceu, obtendo em todo o Brasil um aumento de 44,9% em relação ao número de prefeituras conquistadas em 2008.

Esses dados implicam dois importantes elementos do ponto de vista eleitoral: o PMDB tem capilaridade no interior do estado e detém uma significativa parcela de tempo na propaganda oficial em rádio e televisão.

PMDB segue dividido até a convenção de junho

O PMDB continua dividido entre três alternativas: apoio a Fernando Pimentel (PT); apoio a Pimenta da Veiga (PSDB); ou lançamento de candidatura própria, com o senador Clésio Andrade disputando a vaga para governador. Embora, nos dois últimos meses,

Somadas, são características que tornam esse partido quase indispensável para o PT e muito atraente para o PSDB. Para este último, uma aliança com o PMDB, além de outras vantagens que pode trazer, serviria para manter isolado seu principal adversário, o PT de Fernando Pimentel. De fato, o Partido dos Trabalhadores ainda não conseguiu firmar alianças (com exceção do PROS), ao passo que quase a maioria dos demais partidos se uniu à candidatura de Pimenta da Veiga (PSDB).

Apesar de sua dimensão e da força política que exerce, as últimas décadas mostram que o PMDB não tem um projeto para o país: o partido reduziu-se às disputas eleitorais e à briga por espaço na máquina pública. A falta de uma ideologia mais precisa poderia ser, em princípio, mais uma facilidade para que ele se aliasse a outros grupos ideologicamente mais consistentes. Na prática, porém, seu tamanho é também um de seus maiores problemas. O PMDB congrega interesses diversos, aglutinados em torno de certas lideranças personalistas. Nem sempre é possível acomodá-los sem gerar conflitos. Daí a dificuldade para escolher uma entre as possibilidades que para ele estão colocadas neste momento.

esse quadro continue praticamente inalterado, reacenderam-se desavenças e aumentaram rachas internos no partido.

A tese da candidatura própria começou a se fortalecer em março pela agregação de uma chapa majoritária. Além de Clésio An-

drade para governador, apresentaram-se Hélio Costa e Josué Gomes da Silva, filho do ex-presidente José Alencar, como pré-candidatos ao Senado. Supostamente, esse gesto fecharia as negociações com o PT e com o PSDB. Desse modo, o PMDB apareceria como uma espécie de terceira via em Minas Gerais. Não se sabe ao certo, mas analistas afirmam que essa tese da candidatura própria representaria a vontade da maioria nas bases partidárias.

No entanto, esse cenário otimista é bastante discutível. Há, no PMDB, uma forte desconfiança em relação à elegibilidade de Clésio Andrade. Ele chegou ao senado como suplente de Eliseu Resende, falecido em 2011. Antes disso, havia sido vice-governador de Minas Gerais, ao lado de Eduardo Azeredo e, como discutido abaixo, ambos são acusados de envolvimento no esquema conhecido como “mensalão tucano”.

Em sua trajetória, Clésio Andrade nunca disputou diretamente uma eleição. Entre seus opositores, argumenta-se que sua decisão de concorrer ao governo atende apenas a seus interesses pessoais de minar a relação do PMDB com o PT. Há quem afirme que ele estaria almejando a certos benefícios políticos caso seu partido convergisse para o apoio ao candidato do PSDB. Se isso for verdade, ele estaria em busca de benefícios próprios e não necessariamente preocupado com o futuro do PMDB.

Algo semelhante pode ser dito da candidatura de Hélio Costa. Tratar-se-ia, segundo analistas, apenas de uma tentativa de impedir que Josué Gomes da Silva alcance seu objetivo de aproximar PMDB e PT. A própria filiação de Josué ao PMDB se deu sob a influência do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. Embora já tenha disputado várias eleições com o apoio do Partido dos Trabalhadores, Hélio Costa, neste momento, defende a coligação de seu partido com o PSDB, caso não se confirme uma candidatura própria.

Lançar-se na disputa pela vaga no Senado é uma forma de fortalecer seu projeto político.

De qualquer modo, durou pouco a euforia causada pelo anúncio desse esboço de chapa, composta apenas por correligionários do PMDB. Já na semana seguinte, o deputado federal Antonio Andrade retomou a presidência estadual do partido, da qual estava licenciado para exercer a função de Ministro da Agricultura. Diferentemente do presidente anterior, que o substituíria interinamente, o ex-ministro do Governo Dilma é um defensor incondicional da aliança entre PMDB e PT, inclusive porque, caso tal aliança se realize, ele deve ser candidato a vice, ao lado do postulante ao cargo de governador, Fernando Pimentel (PT).

Ao invés de apaziguar, Andrade acirrou ainda mais os ânimos. O novo presidente assumiu uma posição ambígua. Na reunião da executiva do PMDB, defendeu a unidade partidária. Diante da imprensa, porém, Andrade declarou que o partido não tem quadros que lhe permitam disputar o governo do estado. Criou-se, com isso, um clima de tensão. Ao assumir essa posição, Andrade contrapôs-se aos defensores da candidatura própria e aos deputados federais que, naquele momento, estavam em pé de guerra com a Presidente Dilma Rousseff (PT) por liberação de verbas e maior participação no governo federal. Andrade tem sido acusado de representar, na gestão do partido, os interesses do PT e de se servir dos poderes regimentais para combater pontos de vista contrários a tais propósitos.

Foi em meio a esse tensionamento que a executiva precisou decidir sobre o conteúdo que seria veiculado no programa de rádio e televisão que iria ao ar na última semana de março. Poder-se-ia esperar que tal programa servisse para lançar as bases da campanha eleitoral do partido a ser realizada nos próximos meses. Dividida, a executiva definiu que, no programa, cada deputado teria duas

inserções. Alguns doaram seu tempo para que Clésio Andrade se apresentasse como candidato. Outros abriram mão de sua participação para que, em lugar de seu depoimento, se veiculasse a campanha contrária ao governo de Minas, que o PMDB divulgou no ano passado. Com um *slogan* duro (“eu não moro na propaganda do governo”), essas peças publicitárias fazem severas críticas aos resultados da gestão de Antonio Anastasia e dificulta ainda mais uma aproximação entre PMDB e PSDB. Um conjunto de inserções tem sido feito, mais recentemente, na mídia, com outro mote – “PMDB, o partido que está ao seu lado” – bem mais ambíguo e muito menos comprometedor, mas que traduz melhor a situação indefinida por que passa o partido neste momento.

A decisão sobre qual das três linhas o partido vai adotar nas eleições será tomada pelos participantes da convenção partidária a ser realizada em junho. Esse foi um acordo construído a duras penas. Até lá, é provável que ocorram manobras e negociações para garantir que os defensores de cada uma das teses consigam trazer o maior número possível de delegados. Se a proposta de se apresentar candidatura própria for derrotada, votar-se-á a adesão a uma das duas outras soluções, ou seja, coligação com o PT ou coligação com o PSDB. Enquanto isso, estão (oficialmente) suspensas as negociações que se iniciaram, mais recentemente, entre PMDB e PSDB.

Dúbias declarações e o uso do cargo para consolidar um posicionamento favorável à aliança com o PT são as principais marcas desta fase de Antonio Andrade à frente do PMDB. Embora essa atuação ocorra nos bastidores, nela nada há de discreto ou comedido. Ao contrário, Andrade tem sido implacável com os opositores de sua tese. Servindo-se de manobras regimentais, o presidente do PMDB fechou o diretório municipal do partido em Belo Horizonte. Leonardo Quintão,

presidente do diretório extinto, diz que a decisão foi tomada unilateralmente e que outros diretórios contrários à aliança com o PT podem ter o mesmo destino.

Quintão recorreu à direção nacional de seu partido contra esse ato, alegando que não há base legal alguma que justifique o fechamento do diretório municipal, imposto por motivação puramente política. O senador Valdir Raupp, presidente nacional da legenda, disse que vai discutir o assunto, mas que se trata de um problema local e que cabe a Andrade e Quintão encontrarem uma solução para o impasse.

Evidentemente, essa punição aplicada a Quintão interessa à estratégia do PMDB nacional de manter-se na chapa de reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT). Circula uma informação de que os diretórios estaduais de PT e PMDB já dão como certo o apoio deste último à candidatura petista de Fernando Pimentel. A confiança nesse resultado favorável a seus interesses pode ser uma explicação para a atitude evasiva que o PMDB nacional tem adotado frente aos fatos em Minas, dizendo que não haverá intervenção. Em outros termos, pode-se concluir que Antonio Andrade voltou para reassumir a presidência do PMDB mineiro com o encargo de reproduzir, aqui no estado, a aliança nacional firmada com o PT.

Leonardo Quintão está exigindo, na Justiça, que seja anulada a dissolução do diretório municipal da capital. Em resposta, o presidente estadual Antonio Andrade deu declaração à imprensa dizendo que Quintão nada agrega ao partido e que pode sair da legenda, caso esteja insatisfeito. A menos que a Justiça aporte alguma mudança, parece que a medida autoritária de Andrade deve conduzir ao fim do impasse.

Contudo, não parece haver uma solução capaz de neutralizar tantas diferenças internas existentes no PMDB. Parece ser cedo ainda para descartar que aconteça em Minas

Gerais algo semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro e na Bahia. Nesses dois estados, dissidentes do PMDB declararam apoio a Aécio Neves. Na Bahia, o PMDB se coligou ao PSDB e ao DEM. No Rio de Janeiro, provavelmente haverá jogo duplo: oficialmente, apoio ao PT; na prática, o candidato a governador pelo

Mais indefinições no campo do PSB

Há vários meses o Partido Socialista Brasileiro (PSB) tem ficado na dependência da demorada decisão que o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, devia tomar quanto a sua candidatura ao governo do estado. O prefeito foi, incontadas vezes e por diferentes partidos, insistentemente convidado a candidatar-se. Em resposta, quase sempre evasiva, dizia estar comprometido com o mandato na prefeitura até 2016, mas também não retirava, definitivamente, seu nome da disputa. Foi assim que seu partido começou a construir alternativas, prescindindo da presença de Lacerda.

À espera de uma resposta de Lacerda, o presidente estadual do partido, Júlio Delgado, iniciou uma aproximação de Aécio Neves, com vistas a construir uma aliança com o PSDB. O próprio Aécio começou a tratar do futuro do PSB em Minas diretamente com o presidenciável Eduardo Campos, o qual é também presidente nacional do PSB. Diante disso, o prefeito da capital se ressentiu. Deixou de comparecer no lançamento da chapa de Campos e sua vice Marina Silva, ocorrido no Rio de Janeiro, no mês de março. Tratou de resistir à aliança incipiente, dizendo que só manifestaria sua posição definitiva no dia 04 de abril, prazo estabelecido pela lei para deixar a prefeitura para candidatar-se ao governo.

Disso não se deve concluir que Lacerda se opusesse à coligação com o PSDB. Aécio Neves é um dos principais responsáveis pela entrada de Lacerda na política. Foi eleito e

PMDB pedirá votos para o presidenciável Aécio Neves (PSDB). Em vários outros estados há risco de se repetir esse desenho, seja em favor de Aécio, seja em favor de Eduardo Campos (PSB) e isso representaria um esvaziamento da aliança nacional do PMDB com o PT.

reeleito prefeito de Belo Horizonte com o apoio de Aécio. Vários fatos apresentados pela mídia no último mês induzem a pensar que Lacerda decidiu marcar posição, visando a garantir melhores condições para as próximas disputas eleitorais. Em 2016, ele deve deixar a prefeitura. Afirma-se que ele pretende ser candidato ao senado, em 2018. A análise desses fatos permite concluir que, alijado das negociações, Lacerda decidiu mostrar sua força política.

No arco de possibilidades de Lacerda, havia três desenlaces. O primeiro seria candidatar-se, criando uma terceira via na disputa pelo governo do estado, atualmente polarizada entre o petista Fernando Pimentel e Pimenta da Veiga (PSDB), apesar de outros partidos menores terem candidatos próprios, mas sem grande expressão nas urnas. A segunda alternativa, seria que o PSB se coligasse ao PSDB. Nesse caso, Pimenta da Veiga seria vice e Lacerda, o candidato a governador. Em ambas as situações, Lacerda dependeria do apoio de Aécio Neves. Acabou se concretizando uma terceira solução (que vinha se tornando, nos últimos meses, também a mais provável): Lacerda permanece na prefeitura e apoia o candidato já lançado pelo PSDB.

De fato, ao vencer o prazo legal que tinha para decidir-se, Lacerda desistiu da candidatura, após uma conversa com seu padrinho político, Aécio Neves. O prefeito de Belo Horizonte deverá desempenhar um importante papel como cabo eleitoral para Pimenta da

Veiga na região metropolitana. É aqui que seu opositor, Fernando Pimentel (PT), tem sua maior base eleitoral, ao passo que Pimenta da Veiga, mesmo sendo – como Pimentel – ex-prefeito da capital, é menos conhecido por estar afastado da cidade há vários anos.

Como pretendia, Lacerda saiu fortalecido dessa queda de braço. Volta a ser reconhecido como um dos principais líderes e interlocutores do PSB no estado na discussão da aliança com o PSDB. Essa aliança tem, entre outros, o objetivo de formar uma coligação proporcional, que pode criar melhores condições para a eleição de seus aliados como deputados. Parece, contudo, que um importante fruto da reunião com Aécio foi a obtenção do apoio do presidenciável para que Lacerda conduza sua sucessão em 2016, e dispute a vaga no senado em 2018.

Aparentemente, com a retirada de Marcio, se encerraria a discussão sobre candidatura própria e ficaria definido o apoio do PSB ao PSDB. No entanto, esse não é o fim da história. Há uma grande insatisfação com essa aliança entre os apoiadores de Marina Silva. Trata-se do grupo que, em outubro de 2013, se filiou ao PSB depois do fracasso em seu projeto de constituição de um novo partido, a Rede Sustentabilidade. Esse grupo lançou Apolo Heringer ao governo de Minas. Médico sanitário, professor da UFMG, guerrilheiro durante o combate à ditadura militar é reconhecido, em Minas Gerais, pela defesa do meio ambiente e, em particular por sua atuação em favor da despoluição do Rio das Velhas. Caso os militantes da Rede não cheguem a um acordo com o PSB, a discussão sobre lançamento de candidato próprio se estenderá até a convenção partidária, em junho.

Mesmo resolvendo esse problema interno, o PSB ainda precisa ver definida sua situ-

ação na chapa com o PSDB. Os socialistas reivindicam a primeira suplência de senador, mas o PSDB já ofereceu essa vaga ao PSD que, há bem mais tempo, se aliou ao partido de Aécio. Se a tensão aumentar e a insatisfação levar o PSD a deixar a chapa do PSDB, o beneficiado seria o Partido dos Trabalhadores, que tem todo interesse em reaver o apoio do PSD, perdido neste ano.

Em meados de abril, a chapa do PSDB se completou com a indicação de um nome do DEM (Partido Democratas) para ocupar a última vaga, isto é, o segundo suplente de senador. Por enquanto, compõe-se dos seguintes candidatos: Pimenta da Veiga (PSDB) para governador, tendo como vice o atual presidente da Assembleia Legislativa, Diniz Pinheiro (PP); o ex-governador Antonio Anastasia (PSDB) é o candidato ao Senado, tendo como primeiro suplente Alexandre Silveira (PSD) e como segundo suplente um dos dois deputados federais (João Bittar ou Lael Varella) do DEM. Do ponto de vista do PSDB, continua aberta a proposta feita ao PMDB em março. Se vier a se concretizar tal aliança, a chapa deverá mudar.

Enquanto isso, o petista Fernando Pimentel continua realizando a “caravana da participação”, um conjunto de reuniões com prefeitos, vereadores, deputados e outras lideranças populares em diversas reuniões do estado. Segundo o partido, tais caravanas – com o *slogan* “a gente quer saber o que é melhor pra você” – têm o objetivo de ouvir a população e, a partir disso, elaborar um programa de governo. Nos bastidores, continuam as negociações para firmar aliança com o PMDB, além de outros partidos menores como o PRB e o PC do B. Até o momento, apenas o PROS anunciou apoio ao PT e à candidatura de Fernando Pimentel.

2. Cultura de violência no Brasil

Na edição precedente de *Contextus* foram expostos números oficiais que revelam um aumento da criminalidade em Minas Gerais em 2013. Contemplam-se, nessa estatística, os crimes violentos contra pessoas (tentativas de homicídio, sequestro, tentativa e consumação de estupro) e contra o patrimônio (roubo e extorsão mediante sequestro). Novos dados divulgados pela Secretaria de Defesa Social (SEDS) apontam que, em janeiro e fevereiro de 2014, houve um número aproximadamente trinta por cento maior dessas ações violentas, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa elevação ocorrida no primeiro bimestre deste ano confirma, portanto, uma tendência de crescimento nas ocorrências desse tipo.

Tal situação tem feito, dos casos de violência, uma presença constante nos noticiários. Multiplicam-se programas televisivos e artigos em jornal e revistas que afirmam que esse fenômeno social é sinal de uma mudança no próprio caráter do brasileiro, o qual supostamente estaria deixando de ser alegre e gentil.

Pode-se questionar, de partida, a existência de tal “caráter” geral – tão universal e abstrato – que possa descrever todo brasileiro. Já seria presunção excessiva o desejo de enquadrar nos limites estritos de uma definição o que é, como pensa e como se comporta um povo. Parece impossível que se responda com alguma suficiência o que é ser brasileiro sem que se incorra no reducionismo de conceitos vagos e, por essa mesma razão, de validez e utilidade discutíveis.

Tem-se admitido tal mudança de caráter sem uma análise mais cuidadosa. Se estivesse, de fato, ocorrendo essa transformação, seria obrigatório concordar que “antes” o brasileiro teria sido mais cordial e menos dado aos atos de violência como forma de

resolução dos conflitos sociais. Raramente o debate se aprofunda a ponto de responder quando é que essa cordialidade teria existido. Caso a análise chegasse a esse ponto, seria forçoso considerar que, na verdade, nunca existiu, no Brasil, tal passado de maior urbanidade. Essa suposição de um agravamento que estaria ocorrendo na sociedade atual é resultante de uma idealização do passado, e não de um dado que se possa confirmar historicamente.

Em favor dessa imprecisa perspectiva de análise, têm sido elencadas ocorrências da história recente do país. Dão-se como exemplos de uma piora nas relações domésticas, casos famosos como o da família Nardoni, em que os pais foram condenados por lançarem a filha pela janela do apartamento onde moravam. Apresenta-se, em prova da perda de civilidade do brasileiro, a multiplicação de atos destrutivos daqueles que adotam a estratégia *Black block* como forma de reivindicação ou de contestação. O próprio fato de que a população foi às ruas em massivas manifestações em meados de 2013 é apresentado como um sinal da referida mudança. Os mais recentes casos de linchamento e justicamento entram nessa lista de argumentos, que – supõe-se – seriam capazes de sustentar a hipótese de alteração de caráter do brasileiro.

A consistência com que esses fatos são considerados é, frequentemente, quase nula. Raramente ultrapassam o nível de senso comum, pois se contentam com observações apressadas e não se fazem preceder por uma compreensão histórica mais ampla. Não é raro que se constituam de meras generalizações feitas a partir das impressões causadas pelos fatos citados acima ou por outros acontecimentos com forte apelo emocional.

Contudo, chama a atenção, em particular, uma linha de argumentação que pretende estar fundamentada em análises sociológicas e econômicas, mas que padece da mesma falta de rigor na observação dos fatos. Trata-se da afirmação de que os brasileiros teriam alcançado uma nova fase em sua forma de se manifestar. Resolvidos problemas mais básicos de organização social, a nação teria se tornado mais exigente e teria passado a apresentar novas demandas. Estaria emergindo uma nova forma de a sociedade requerer a solução para os problemas e desigualdades, e esse fenômeno estaria pondo às claras conflitos sociais antes encobertos.

Esse suposto patamar novo seria devido às conquistas econômicas e sociais construídas nas últimas décadas. De acordo com tal raciocínio, depois de haver convivido com os benefícios da estabilidade econômica, livre da inflação (ou, pelo menos, sem a pressão dos índices altíssimos que ela atingiu há não muito tempo), o brasileiro estaria agora menos disposto a se contentar. Algo semelhante costuma ser relacionado à formação social que teria conduzido à emergência de uma “nova classe média”. Mesmo esse conceito aparece, com frequência, reduzido à inclusão das massas na lógica do consumo de bens e serviços, prevalecendo apenas o aspecto quantitativo desse acesso, sem problematizar o modo como se deu, ou a sustentabilidade de tal inclusão.

Não se trata de contestar que tenham, de fato, mudado certas condições econômicas com relevantes implicações na vida social de uma parcela da população desde a estabilização monetária no país. É preciso, contudo, questionar a causalidade linear que, às vezes, se quer estabelecer entre essas mudanças econômicas e sociais e a suposição de um aumento no emprego da violência. Diversamente dessa abordagem rasa, há indicativos suficientes para se suspeitar de uma cultura nacional de violência e de autoritarismo. Tra-

ta-se de uma condição permanente ao longo da história, e não de algo novo.

Sob este outro olhar, sugere-se que os recentes acontecimentos mencionados e tantos outros menos conhecidos não devem ser analisados fragmentariamente como típicos da época atual, mas como parte de um conjunto maior. Ato de violência, no Brasil, não são eventos conjunturais, explicáveis apenas por uma causalidade simples. Encontram suas raízes fincadas em uma complexa cultura conservadora e agarrada a valores de seu próprio passado, que trata como naturais as desigualdades sociais e culpa o próprio indivíduo por seus infortúnios.

Percorrendo as páginas da história do Brasil, percebe-se que aqui se estabeleceu uma cultura de violência. Mesmo dados atuais revelam essa face: mulheres recebem salários menores do que aquele pago aos homens. Distinção semelhante afeta também os negros, remunerados com valores mais baixos do que aqueles recebidos por brancos. Há anos o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem destacando que, no Brasil, a taxa de homicídios entre os negros é o dobro da existente entre os brancos. Constata-se lógica parecida quando o assunto é a violência policial. Embora haja números diversos para cada estado do país, tende-se a um padrão em que negros e pardos são maioria entre os mortos pela ação policial, mesmo em unidades da federação em que eles constituem menor parte na população. Em outras palavras, no Brasil, quem é negro ou pardo tem maior probabilidade de sofrer violência do que quem é branco.

Essa desigualdade aparece como normal e dificilmente é percebida como violência, na linguagem cotidiana dos jornais. Acostumados a uma ideia genérica do que seja “ordem”, quando algum grupo se manifesta e exige o que lhe é devido por direito, ouvem-se vozes que afirmam que o país “está virando uma bagunça”. É comum que, em situa-

ções como essa, o Estado responda com a força policial para resolver uma questão que é eminentemente social. Na prática, essa estrutura faz da lei um privilégio para quem já está economicamente incluído, mesmo que seja apenas na qualidade de mero consumidor de bens e serviços. Para os mais pobres, ao contrário, a lei costuma se converter em repressão.

Mesmo os casos de violência mais recentes – que têm motivado certos analistas a concluir que o brasileiro deixou de ser cordial – atingem em maior escala os jovens e os moradores das periferias. Isso, porém, só se torna notícia, é mais veementemente discutido pela mídia e provoca discursos mais inflamados quando tais fatos atingem as classes consideradas médias, altas ou “superiores”. Ocorre, portanto, uma naturalização da violência contra o jovem, o pobre, a mulher, o negro como se esses sujeitos tivessem, de algum modo, procurado o que lhes aconteceu. Daí, o sentimento de escândalo ser menos intenso quando a tragédia acomete al-

Os justicamentos

O mês de fevereiro se iniciou com uma notícia que agitou as redes sociais e rendeu debates na mídia. Um jovem pobre, negro e, segundo se diz, ladrão foi encontrado preso a um poste por um cabo que se usa para trancar bicicletas. Essa cena foi flagrada na rua de um conhecido bairro em região nobre do Rio de Janeiro. O rapaz foi atacado por homens que reivindicam para si o *status* de justiceiros. O caso ganhou ainda mais notoriedade pela defesa entusiástica que a ação dos agressores encontrou no discurso de uma jornalista de um canal de televisão aberta. A justificativa para apoiar a atitude dos justiceiros foi a afirmação da ausência do Estado, o aumento da violência e, afinal, a alegada legi-

guém desses segmentos. Nessa mentalidade, é como se fosse normal acontecerem fatalidades a tais pessoas.

Nesse sentido, a sociedade brasileira mostra sinais de autoritarismo e comportamentos reacionários, quando prevê lugares sociais determinados. Está implícito, nessa “ordem” social aqui descrita, que quem não sabe ou não reconhece o lugar que lhe cabe na sociedade assume o risco de ser vitimado por ações violentas. Daí a sensação que apenas se pressente (mas que, no cotidiano nada tem de sutil) de que a culpa pelo infortúnio é da própria vítima, já que – subentende-se – tal pessoa teria se mostrado inapta para se incluir no convívio social e se adequar a regras que nem sempre são assumidas e são observadas tacitamente.

Em suma, desse ponto de vista, a violência seria um problema do indivíduo e não consequência do modo como se ordenou a sociedade, seguindo preconceitos de classe, de gênero, de raça.

timidade de se fazer justiça com as próprias mãos quando falham as instituições.

Outros casos não muito diferentes do justicamento aqui relatado têm alcançado visibilidade nos últimos meses, sobretudo por estarem sendo publicados em vídeos na internet. Caracterizam-se pelo julgamento apresado, feito por populares agindo sob o calor da emoção, do ódio ou do medo. Tratam como evidência de que o acusado merece a pena de morte apenas a suspeita de que ele cometeu um dado crime. A confirmação de que a suspeita procede não é requerida. Configura-se um julgamento que não concede à vítima a oportunidade de se defender ou de provar sua inocência. Não lhe é dado o direito a um juiz imparcial, que se pautar pela lei e

pela razão, ao invés da paixão. As cenas de espancamento ou de execução sumária feitas diante de câmeras levam a deduzir que justicamento não é o mesmo que justiça. Tais atos vindicativos não podem gerar reparação pelo dano que o acusado supostamente causou e tampouco contribui para ressocializá-lo.

De um ponto de vista ético, nada pode tornar legítima a prática do justicamento. Os defensores dessa ação pretendem estar protegendo a sociedade contra agressores. Aí residiria a razão para eliminar estes últimos. No entanto, o justicamento é uma prática egoísta. Resume-se a dar vazão ao desejo de vingança, sem buscar um benefício maior. Em última análise, ninguém se beneficia com esse ato de violência contra um criminoso.

Reações populares dessa natureza não constituem novidade no país. A história e a sociologia registram casos similares desde o século em que aqui aportaram os portugueses. As razões imediatas que levam, em cada contexto, um grupo de pessoas a praticarem a chacina podem ser diferentes, mas a forma de ação permanece a mesma. Talvez as novas tecnologias de comunicação e de informação possam desempenhar um papel aglutinador em torno de ações mais planejadas, mas com o mesmo fim. Seria preciso perguntar se,

neste caso, em que passa a haver um planejamento, ainda se trata de linchamento ou se outras categorias estariam sendo abertas, como a ação dos justiceiros e a prática do vigilantismo.

Com este último termo, designa-se a ação premeditada e criminosa de grupos que alegadamente são cidadãos “de bem” agindo em defesa do bem comum, contra infratores. No entanto, essas pessoas representam interesses escusos. Há relatos de muitas situações em que o vigilantismo acoberta ação ilegal de policiais e de milícias fortemente ligados à prática de crimes e contravenções. Já os justiceiros consistem, comumente, em pessoas contratadas para matar pessoas que se tornaram indesejáveis por, supostamente, cometerem crimes em uma dada região. Nas últimas décadas, há inúmeros casos de chacinas promovidas por justiceiros, cujas vítimas eram apenas moradores de rua ou pessoas social e economicamente excluídas.

De qualquer modo, nenhum desses fenômenos presentes na sociedade brasileira pode ser considerado algo típico e exclusividade dos tempos atuais. Estudos mostram sua presença há várias décadas, sendo condutas difundidas, por exemplo, no período da ditadura e que permaneceram após a redemocratização.

Mortes em presídios de Belo Horizonte e Contagem

No mês de março, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais (OAB/MG) fez graves denúncias de que presidiários vêm sendo torturados e assassinados na Região Metropolitana. Duas mortes em condições suspeitas aconteceram na Capital, em janeiro, no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP), no bairro Gameleira. Outros dois homicídios teriam acontecido em Contagem, na Penitenciária Nelson Hungria. Além da acusação feita pelos parentes das vítimas, há o testemunho de detentos que

acusam agentes penitenciários e policiais do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) de terem praticado o espancamento e consumado os assassinatos.

Oficialmente, as mortes foram registradas como casos de suicídio, mas, segundo declarações da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB/MG, há fortes indícios da prática de tortura e foi, inclusive, solicitada a transferência dos detentos que testemunharam a ação criminosa, pois eles passaram a receber ameaças de morte.

A Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) informou que os servidores acusados já foram identificados e os fatos estão sendo apurados. No entanto, para a OAB/MG, esses não são casos isolados. Anualmente, ocorre cerca de uma dezena de mortes em presídios do estado, mas não estariam incluídos nesse número os óbitos ocorridos a caminho do hospital ou aqueles que morrem já sob os cuidados dos serviços de saúde.

Fatos como esses põem em questão a responsabilidade do Estado pela integridade física e psicológica das pessoas presas. Ao mesmo tempo, colocam em suspeição a atitude da própria sociedade brasileira frente à prática de tortura no sistema prisional. Há casos que se tornam notáveis e repercutem por mais tempo na mídia. Exemplo disso é o ocorrido com o pedreiro Amarildo de Souza, que desapareceu em 2013. Os fatos vieram a público porque se deram durante o período de efervescência que acompanharam as manifestações de junho e julho daquele ano. Descobriu-se, afinal, que Amarildo havia sido torturado e morto dentro de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em uma favela no Rio de Janeiro. Contudo, não se sabe quantos episódios semelhantes ao desse pedreiro acontecem sem que se tornem notícia.

Relações de gênero e violência

Entre os últimos dias de março e o início de abril, o país foi sacudido por um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do qual se concluiu que quase sessenta por cento da população do país concordam com a afirmação de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Outros 26% afirmaram concordar com a seguinte frase: “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”.

Parte do alvoroço causado pela pesquisa se deve a um erro cometido pelo instituto

A criação da Comissão Nacional da Verdade e de similares organizadas em alguns estados, bem como o aniversário de 50 anos do último golpe militar, tem trazido à tona o fato de que ocorre uma certa naturalização da tortura no Brasil. Não costumam causar grande comoção as notícias de que um detento ou um presidiário morreu sob tortura. A narrativa da violência empregada contra cidadãos, durante a ditadura militar, obtém, por vezes, a mesma passividade como resposta. É como se fosse atribuição da polícia arrancar a verdade a qualquer custo, recorrendo-se a todos os meios que o agente julgar necessários. Em última análise, veem-se pessoas que reagem a tais notícias culpabilizando as vítimas, como se elas tivessem feito algo em razão do qual acabaram expostas ao risco de caírem nas mãos de seu executor.

A própria maneira como se deu a transição para o regime democrático por meio da anistia irrestrita produziu uma sensação de que o contexto da época tornava legítimo o uso da tortura. Um raciocínio similar e adaptado às condições contemporâneas acaba por aplicar o mesmo juízo aos casos que ainda se disseminam em vários lugares do Brasil.

responsável, em razão do qual divulgou-se que 65% dos brasileiros concordariam com a afirmação de que mulher com roupa curta merece ser atacada. Essa notícia levou a campanhas nas redes sociais e a reações até da Presidência da República. O número equivocado se tornou notícia também fora do país.

Antes de mais nada, é preciso problematizar o valor prospectivo de toda pesquisa. Tornou-se um hábito, principalmente na imprensa, tratar pesquisas como verdades inquestionáveis. Raramente se problematiza o

fato de que as questões propostas simplificam e enquadram o pensamento do respondente. Não são um retrato, mas uma redução da realidade. Aquilo que se entende com uma determinada afirmação, nem sempre corresponde ao que, de fato, o cidadão pesquisado entende ao ler ou ouvir a pergunta. Deve-se ter presente que é praticamente impossível elaborar uma questão de pesquisa que, em sua redação, não traga algum nível de ambiguidade ou que seja fechada a uma diversidade de interpretações.

Outro fato é que, quando alguém diz concordar parcialmente com uma proposição, não se pode perceber ao certo as razões dessa parcialidade. Tampouco se pode convertê-la em uma concordância plena, como frequentemente se faz na mídia, somando-se os números que expressam concordância total e parcial.

Esses e outros problemas metodológicos deveriam ser considerados. Afinal, uma pesquisa pode sugerir uma tendência, a partir da qual se esboçam linhas gerais, mas não se deveria tratá-las como portadoras de um veredicto, final e definitivo, sobre a sociedade. As relações sociais costumam ser bem mais complexas do que qualquer pesquisa é capaz de revelar.

Feita a correção dos dados pelo IPEA, permanece o debate sobre o modo como acontecem as relações de gênero no Brasil. Em última análise, se 26% da população entendem que uma mulher que não esconde seu corpo provoca o estupro, pode-se concluir que, para aproximadamente um quarto da população, a mulher é responsável pelo ataque sofrido. Esse raciocínio revela uma naturalização da sexualidade do homem, sempre disponível para o sexo e incapaz de controlar seus apetites. Em contrapartida, à mulher caberia reconhecer esse ativismo sexual do macho e manter-se na defensiva se quiser se preservar.

Evidentemente, nenhum dos dois polos representa totalmente a realidade, mas esse modelo dual conduz a uma tolerância com a desigualdade de gênero e, em alguma medida, até mesmo explica a delinquência sexual que se multiplica pelo país, no espaço público ou no âmbito privado da vida doméstica. É uma perspectiva que legitima, no cotidiano social, o protagonismo do macho que se apresenta como “chefe” da família. Trata-se, portanto, de relações políticas que se estabelecem no íntimo da vida privada. Entende-se, aqui, por política qualquer relação social em que há uma desigualdade de poder entre as partes. Nesse sentido, o que acontece na intimidade dos lares é importante também para a esfera pública, na medida em que se reproduz, no espaço social, a violência e as desigualdades toleradas em casa.

A cultura de violência contra as mulheres não pode ser desvinculada de aspectos econômicos e sociais. Embora a maior parte das mulheres inseridas no mercado de trabalho tenham escolaridade mais elevada do que a existente entre os homens, tal superioridade não se reflete nos salários pagos, já que elas seguem recebendo significativamente menos do que os homens. A submissão e a opressão da mulher se mostram também no modelo de sociedade que se adota. Embora outros estudos do IPEA sugiram, nas últimas décadas, mudanças nos arranjos familiares – destacando-se, por exemplo, um maior número de lares chefiados por mulheres –, hábitos arraigados ainda reafirmam convenções tradicionais de gênero. É notável que a participação do trabalho e da renda da mulher modificou a economia doméstica, ainda que esse fato possa variar em diferentes classes socioeconômicas. No entanto, é discutível que tal mudança tenha levado a uma redistribuição das tarefas domésticas. Seja como for, não parece que tal reorganização tenha se dado de maneira igualitária, pois recai

mais sobre as mulheres do que sobre os homens o ônus da dupla jornada.

Disso se conclui que a violência contra a mulher se alicerça profundamente na cultura.

As relações econômicas contribuem para que se trate como normal essa desigualdade. A legitimação da violência é apenas uma das muitas faces dessa desigualdade.

3. Políticos mineiros acusados de envolvimento com esquemas ilícitos de financiamento de campanha

No fim de março de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu enviar para a primeira instância da Justiça Federal de Minas Gerais o processo contra Eduardo Azeredo, acusado de ter participado do esquema conhecido como “mensalão tucano” ou “mensalão mineiro”. Essa devolução a uma instância inferior aconteceu depois que Azeredo renunciou ao seu mandato de deputado federal, deixando de ter direito a foro privilegiado.

O processo do mensalão mineiro visa ao julgamento dos envolvidos em um esquema de arrecadação ilegal de recursos para a campanha eleitoral do governador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998. Segundo o Ministério Público Federal, o esquema instalado em Minas para desviar recursos públicos e abastecer caixa de campanha teria sido o embrião do que ficou conhecido como “mensalão do PT” ou “mensalão federal”, cujo julgamento transcorreu entre 2013 e 2014 e levou à prisão de alguns líderes petistas. O esquema teria sido montado pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, condenado e preso desde novembro de 2013 como operador do mensalão federal. Dentre as quinze pessoas que foram denunciadas por envolvimento com o mensalão mineiro, está também o senador Clésio Andrade, pré-candidato ao governo de Minas pelo PMDB nas eleições deste ano.

A Procuradoria Geral da República (PGR) pediu que Azeredo fosse condenado a 22

anos de prisão e a pagar uma multa de R\$ 451 mil. Ainda segundo a PGR, teria havido um desvio de pelo menos R\$ 3,5 milhões, provenientes de empresas estaduais como a Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e o antigo Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE). Além disso, a empresa SMP&B, de Marcos Valério, teria obtido empréstimos no Banco Rural e repassado para a campanha de Azeredo.

Azeredo nega todas as acusações. Depois de sua renúncia ao mandato e da interpretação dada ao Supremo de que a ação deve retornar à primeira instância, o processo, agora, poderá passar pelo Tribunal Regional Federal (TRF), depois ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, finalmente, restará ainda a possibilidade de retornar ao Supremo.

Outras ações relacionadas à campanha de Azeredo, de 1998, ainda estão tramitando, duas delas no Supremo e a outra, na 9ª Vara Criminal de Minas Gerais. Ele é acusado de improbidade administrativa ainda em outra ação que está no STF desde 2003.

No processo que tramita na Justiça mineira, foram acusados também o ex-ministro Walfrido dos Mares Guias e o tesoureiro da campanha do PSDB-MG, Cláudio Mourão. Ambos, no entanto, já completaram setenta anos de idade e, em razão disso, puderam requerer a prescrição de seus crimes e não cumprirão pena alguma.

Na seção do Supremo que enviou a ação penal para a primeira instância, destacou-se que, no caso de Azeredo, não haveria risco de prescrição de pena. O ex-deputado deve completar 66 anos em setembro. A aplicação de uma punição, caso ele venha a ser condenado, portanto, vai depender da agilidade da Justiça em Minas Gerais.

Houve críticas à decisão tomada pelo Supremo de reenviar a ação para a primeira instância, pois há quem enxergue nesse fato um tratamento diferente daquele que foi dado aos acusados por crimes similares na Ação Penal 470, relativa ao mensalão nacional. Julgados diretamente pelo Supremo, os réus daquele processo não tiveram reconhecido o seu direito de terem seu caso apreciado por mais de uma jurisdição.

O mais recente episódio relativo ao mensalão mineiro foi o indiciamento do pré-candidato ao governo de Minas, Pimenta da

Veiga (PSDB) por lavagem de dinheiro. Pimenta teria recebido R\$ 300 mil das agências de publicidade de Marcos Valério. Na eleição de 1998, período em que o suposto esquema estava em andamento, Pimenta da Veiga se elegeu deputado federal. Em sua defesa, ele diz ter recebido o dinheiro como pagamento por serviços de advocacia que prestou em 2003. Disse que, dois anos depois, sua empresa foi amplamente investigada e que ele prestou todos os esclarecimentos na época. Por isso, Pimenta da Veiga atribui o reaparecimento dessas denúncias a perseguição política.

O inquérito ainda não foi concluído. Somente após o desfecho dessa investigação é que a documentação será encaminhada para o Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF-MG), a quem compete decidir se um processo será ou não aberto contra Pimenta da Veiga.

4. Não ao dinheiro que governa em vez de servir

Foi amplamente divulgado pela mídia em todo o mundo o primeiro encontro entre o Papa Francisco e o presidente norte-americano Barack Obama, ocorrido em 27 de março. Destacaram-se as condições do encontro, os temas discutidos, a habitual troca de presentes. Pouca atenção se deu, contudo, ao valor simbólico e político do presente que o Papa entregou a Obama. Trata-se de uma cópia da exortação apostólica, publicada por Francisco no final de 2013, *A alegria do Evangelho* (intitulada, em latim, *Evangelii Gaudium*).

É, primeiramente, uma mensagem de ânimo: o cristão não se deve deixar abater pela tristeza e pelo derrotismo, mas se deixar dominar pela alegria que encontra no próprio Evangelho e na sua experiência de fé. Nas palavras do próprio pontífice, contudo, esse

documento tem um objetivo bastante programático: “avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão”. Trata-se, portanto, de um olhar pastoral, voltado à ação dos cristãos no mundo contemporâneo.

Ao falar da ação evangelizadora, o Papa faz uma interpretação das condições atuais, nas quais a mensagem cristã deve ser anunciada. Não oferece uma análise exaustiva do mundo capitalista, mas nele destaca os “processos de desumanização” que atentam contra o projeto de Deus. Sob esse olhar pastoral, a atividade missionária deve se constituir como um “discernimento evangélico”: “isto implica não só reconhecer e interpretar as moções do espírito bom e do espírito mau, mas também – e aqui está o ponto decisivo –

escolher as do espírito bom e rejeitar as do espírito mau” (Evangelii Gaudium, 51).

A partir disso, a atitude cristã se configura como resistência e negação àquilo que, no mundo contemporâneo, contraria a mensagem evangélica. Trata-se de dizer não à economia da exclusão, à idolatria do dinheiro, a um dinheiro que governa em vez de servir, à desigualdade social que gera violência.

Assim como o mandamento «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer «não a uma economia da exclusão e da desigualdade social». Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o

mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do «descartável», que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, «sobras». (Evangelii Gaudium, 53)

Dizem que, ao receber de presente a exortação, Obama teria dito ao Papa que a leria para dela obter força e com isso se acalmar em momentos de frustração. A resposta do Papa, teria sido somente: eu espero que o faça.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese BH:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

Redator:

Claudemir Francisco Alves